

05/10/2016 - Sinttel-ES

Claro propõe: nada de PPR, nada tíquete e só 3% de reajuste

A comissão de negociação dos trabalhadores/Fenattel no Grupo Claro rejeitou com indignação a proposta que a empresa fez na reunião que aconteceu durante a manhã desta terça-feira, dia 04/10, em São Paulo.

Os motivos são muitos. Dentre eles, o congelamento do auxílio-alimentação (tíquete), NÃO antecipação do PPR e reajuste de 3% nos salários e benefícios, quando a inflação do período foi de 9,62%.

O coordenador da negociação, presidente do SinttelRio e vice-presidente da Fenattel, Luiz Antônio Silva, disse que vai pedir uma reunião com a presidência do Grupo para saber o que a empresa quer, pois a proposta não atende aos anseios dos trabalhadores. "É preciso que a empresa se comprometa em analisar os pleitos dos trabalhadores para que haja reposição das perdas salariais, além de ganho real, conforme postulado na pauta de reivindicações. Além disso, disse Luiz, a categoria vem cobrando uma proposta de PPR que contemple a antecipação de um salário, sem qualquer tipo de precarização", frisou.

Esta é a primeira reunião de negociação com a empresa, que começa com um atraso de mais de 60 dias, pois a data base é setembro. "A estratégia da Operadora só acumula prejuízos para os empregados, que estão há 13 meses vendo a inflação corroer sua renda, sem reposição", disse o presidente do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann.

Só cláusulas econômicas

Neste ano, a negociação com o Grupo Claro será feita somente sobre as cláusulas econômicas do Acordo que tem validade até 2017. Então, só farão parte das discussões cláusulas de reajustes e aumento



real nos salários, auxílios-creche, alimentação, entre outros, e benefícios sociais.

Luiz Antônio analisa que as negociações estão muito endurecidas, haja vista os bancários que estão há quase um mês de greve.

As empresas não querem pagar nem o INPC integral (o índice de inflação). "A reunião de ontem foi muito ruim, pois se continuar nesse patamar de não dar nada, é melhor os sindicatos irem a dissídio coletivo, porque não vamos assinar um acordo se não tem uma troca, se não tem compensação", afirmou Luiz.

Para a comissão de negociação dos trabalhadores/Fenattel sem uma compensação não dá. "Se o Grupo Claro não quer repor integralmente as perdas e sem ganho real diante da conjuntura política-econômica, que proponha uma forma de compensar os trabalhadores. Espaço para negociação tem", destacou o coordenador.

Nada de antecipação do PPR

Os representantes da empresa na mesa de negociação do Acordo Coletivo e de PPR 2016/2017, Fabiano Guimarães e Claudinê da Silva Junior, vieram com a mesma proposta de Participação nos Resultados já apresentada na reunião que ocorreu em 29 de julho — há mais de 60 dias — e que foi rejeitada pela comissão dos trabalhadores. "Um abuso, pois tem 3 pontos na proposta da empresa que não tem nenhuma condição de serem aceitos: 1) Elegibilidade de 180 dias; 2) gatilho para ter direito ao prêmio e 3) Não ter adiantamento de um salário, como sempre se fez", explicou Luiz Antônio.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Elegibilidade: Pela proposta da empresa, só receberão o PPR aqueles que trabalharem no mínimo 180 dias no ano. É bom lembrar que, em 2015 para que o acordo se tornasse viável, os trabalhadores tiveram que ceder, pois no caso da Embratel e Claro, para receberem, os trabalhadores teriam que ter trabalhado no mínimo 120 dias no ano, quando era 90 e 30, respectivamente.

Ao contrário de melhorar para os companheiros da NET que esse ano entram no PPR, diminuindo a elegibilidade deles, a empresa está piorando a dos demais.

2) eliminação do adiantamento do PPR que normalmente era feito em setembro.

Os empregados já contam com este dinheiro do adiantamento. Não antecipar uma parcela do PPR é quebrar um compromisso de muitos anos. É tratar os/as trabalhadores/as sem a mínima consideração, dando provas de que, para o Grupo Claro, os/as empregados/as são apenas números que eles subtraem quando querem o que é bom para o/a trabalhador/a: — Primeiro o meu lucro. Segundo, meu lucro e depois penso nos detalhes.

3) implantação de um gatilho – Você pode se esforçar ao máximo mas se não chegar no valor do gatilho, NÃO RECEBERÁ NADA.

Até parece que para as definições de investimen-

tos, orçamentos, empenhos e projetos, os/as trabalhadores/as são consultados/as!

Se algo der errado, se a definição foi equivocada, se o mercado não foi devidamente analisado antes daquele investimento, O/A TRABALHADOR/A PAGARÁ O PATO E NADA RECEBERÁ DE PPR.

Um gatilho que exige 80% de uma meta inatingível é um engodo, uma enganação. É ou não é uma proposta para não se pagar nada?

Durante as negociações e já com o primeiro semestre de 2016 fechado, foi solicitado que a empresa simulasse a aplicação do Programa proposto nesta parte do ano. O resultado não foi surpresa para ninguém. Como já se sabia, em nenhuma das unidades de negócio do grupo CLARO, incluindo a NET, haveria pagamento de PPR/2016.

Portanto, diante de proposta ridícula, a Comissão rejeitou a proposta e solicitou as seguintes modificações na proposta da Claro:

- Elegibilidade de 30 dias para todos os trabalhadores;
- Antecipação de uma parcela do PPR-2016 de um salário em setembro/2016;
- Fim do gatilho na proposta e que
- A meta mínima tenha como ponto de partida o realizado no ano anterior.

06/10/2016 - Sinttel-ES

Tudo o que você deveria saber sobre a PEC 241, a PEC da Maldade

Se aprovada no congresso, na semana que vem, será o enterro das pretensões civilizatórias da sociedade brasileira. É o golpe dentro do golpe!

Nesse vídeo faça uma crítica à proposta centrada nos argumentos:

A PEC é:

1. Austeridade contratada para 20 anos,
2. não é anticíclica, ao contrário do que dizem,
3. Retira o poder do congresso e da sociedade de moldar o tamanho do orçamento público,

4. Provoca um acirramento do conflito distributivo dentro do orçamento,
5. Impõe um projeto de Estado Mínimo, incompatível com aquele almejado pela Constituição de 1988,
6. É inviável sem a destruição do Estado tal como conhecemos.

por Pedro Rossi QUA, 05/10/2016 – 14:55

Assista ao vídeo em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Ecz6QethLiA>

05/10/2016 - Telesíntese

Tcu suspende julgamento do TAC da Oi até a solução das multas da Anatel pela justiça



O Tribunal de Contas da União aprovou hoje, 5, o acórdão proposto pelo Ministro Bruno Dantas, de suspender o julgamento do TAC da Oi até que a comissão de mediação criada pela Justiça do Rio de Janeiro decida se as multas da Anatel fazem ou não parte da lista de créditos a serem pagos pela empresa dentro dos compromissos da recuperação judicial.

O Tribunal de Contas da União aprovou hoje, 5, o acórdão proposto pelo Ministro Bruno Dantas, de suspender o julgamento do TAC da Oi até que a comissão de mediação criada pela Justiça do Rio de Janeiro decida se as multas da Anatel fazem ou não parte da lista de créditos a serem pagos pela empresa dentro dos compromissos da recuperação judicial.

Em sua decisão Dantas afirmou, contudo, que está mantida a cautelar que proibiu a Anatel de assinar o acordo com a operadora, até que as irregularidades

apontadas pelo TCU sejam resolvidas. Após essa cautelar, a agência mudou os critérios para os investimentos do projeto e aprovou os termos, condicionando a sua assinatura à aprovação prévia do Tribunal.

Na decisão de hoje, o ministro aponta também que a própria concessionária pediu a suspensão da análise do processo do TAC por um ano, tendo em vista que ele é integrante da primeira discussão sobre os R\$ 10 bilhões que estão no litígio – se esse dinheiro é tributário, como argumenta a Advocacia Geral da União, e por isso, não pode fazer parte do processo de recuperação judicial – ou não, como argumenta a empresa.

Para o TCU, enquanto essa questão não ficar resolvida, não se pode dar continuidade à análise do mérito sobre se o TAC atende ao o interesse público ou não.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/10/2016 - Carta Capital

Pré-sal: Congresso libera multinacionais para explorar sem a Petrobras

O texto-base foi aprovado por um placar de 292 votos a favor, 101 contrários e uma abstenção. Ainda há emendas a serem analisadas



“Ninguém sabe que o pré-sal é tão rico”, disse Eike Batista à Operação Lava Jato. Pois agora os estrangeiros vão poder se esbaldar em uma típica riqueza natural brasileira como fizeram com o pau-brasil no passado. A lei que libera as multinacionais para explorar o pré-sal sem a Petrobras está prestes a ser referendada pelo Congresso. Já passou no Senado e, nesta quarta-feira 5, teve o seu texto-base aprovado na Câmara por 292 votos a favor, 101 contrários e uma abstenção.

Ainda há trechos específicos para ser analisados. A votação deles deve ocorrer na próxima semana, mas sem alterar a essência do projeto: a liberação para a participação estrangeira. Após isso, a lei segue para a sanção presidencial.

Iniciada por volta das 15 horas, a sessão foi marcada por intensa troca de ofensas entre governistas e a oposição. Nas galerias, um grupo de manifestantes ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP) gritou em coro “entreguistas” e “golpistas” durante a votação. Parlamentares que defendem a proposta, por sua vez, reagiram com insultos, chamando os manifestantes de “ladrões”.

O pré-sal foi descoberto pela Petrobras em 2007, graças à tecnologia, desenvolvida pela empresa, de extração em águas ultra-profundas, que podem chegar a sete quilômetros. Trata-se de uma das maiores reservas de petróleo encontradas nas últimas décadas no planeta, a colocar o Brasil na elite mundial dos produtores.

Pela atual Lei do Pré-Sal, aprovada no fim do governo

Lula, em 2010, a exploração precisava ser feita sempre com a presença da Petrobras. Da produção total, no mínimo 30% pertenceriam à brasileira. Com a mudança, a companhia poderá escolher se participa ou não da extração em campos futuramente leiloados pela Agência Nacional do Petróleo.

O presidente da companhia, Pedro Parente, defende abrir caminho às multinacionais. Acha “importante para o País que a Petrobras não seja obrigada a participar de todos os campos”. Em julho, ele vendeu para uma estatal da Noruega a fatia da Petrobras (66%) em um campo que deve entrar em operação em 2020. Negócio selado a preço contestado, por ser baixo.

Para Parente, houve “endeusamento” do pré-sal. A julgar pelo depoimento de Batista à Lava Jato, um endeusamento com razão de ser. Segundo ele, o custo de produção no pré-sal é de 7 dólares por barril, informação de um amigo que comandou uma sócia da Petrobras no primeiro campo do pré-sal. O custo médio das multinacionais pelo mundo é o dobro, segundo a Petrobras.

Apesar de a lei aprovada dar o direito de escolha à Petrobras, é improvável que a empresa opte por participar da exploração de pré-sal em leilões realizados no governo Temer. E não só devido à posição de Parente.

Temer é a favor da livre acesso por parte das multinacionais e conta com os investimentos delas para estimular o crescimento do País. Em viagem aos Estados Unidos em setembro, o peemedebista reunira-se com investidores e prometera que em “brevíssimo tempo” mudariam as regras do jogo, e a exploração do pré-sal seria liberada ao capital estrangeiro.

A lei nasceu de uma proposta feita no Senado pelo ministro das Relações Exteriores, o tucano José Serra, em 2015. Tinha sido aprovada pelos senadores no início deste ano. Nesta quarta-feira 5, foi votada pelos deputados sem alterações, daí ter ido direto à sanção presidencial.

O relator do projeto na Câmara foi José Carlos Aleluia (DEM-BA). Todos os partidos aliados do governo Temer foram favoráveis à aprovação. E todos os de oposição, ficaram contra.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

06/10/2016 - Rede Brasil Atual

Site alerta para os riscos do engessamento de gastos públicos por 20 anos

Com vídeos, números e entrevistas que traduzem os impactos da medida no salário mínimo, nas aposentadorias, na saúde e na educação, site traz também abaixo-assinado virtual contra a PEC 241

COMO SERÁ O FUTURO DAQUI 20 ANOS?

#01

O Brasil será mais desigual, com muito mais pobres e miseráveis

#02

Menos hospitais públicos e postos de saúde. Planos pagos vão predominar

#03

A educação pública de qualidade será sonho. Só rico com diploma

#04

Haverá desemprego em massa, com muito indigentes nas ruas

#05

Os pobres e a classe média pagarão cada vez mais impostos

#06

Riquezas nacionais serão entregues a estrangeiros a preço de banana

#07

O país estará cada vez mais endividado e dependente

#08

Com tanta maldade, os conflitos sociais serão intensificados

Classificada como "o maior ataque aos direitos sociais da história do Brasil", o site Não à PEC 241, traz vídeos, infográficos e entrevistas que detalha os interesses por traz da Proposta de Emenda à Constituição enviada ao Congresso pelo governo Temer que quer congelar os gastos públicos por 20 anos.

Além de trazer um uma petição pública contra a aprovação da medida, que pode ser assinada virtualmente, o site detalha os impactos negativos da proposta para áreas como saúde, educação e aposentadorias.

Se a medida já estivesse em vigor, o orçamento da saúde cairia dos atuais R\$ 102 bilhões para R\$ 65 bilhões. Na educação, o corte seria ainda maior, de R\$

103 bilhões para R\$ 31 bilhões. Já o salário mínimo cairia dos atuais R\$ 880 para R\$ 550.

A PEC do teto dos gastos, também chamada de "PEC da Maldade" ou "PEC do Desmonte", também traria cortes nas aposentadorias, com repercussões no desenvolvimento econômico, com agravamento da recessão e do desemprego, segundo o portal, que também afirma que a proposta impõe "sacrifícios seletivos", pois enquanto corta investimentos em serviços públicos utilizados pela maioria da população, não afeta o rendimento dos grandes bancos e especuladores e nem aumenta a tributação aos mais ricos.

Assista ao vídeo em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4GvEljBh3Xw>